



**A EXPRESSÃO DE ORDEM NO CONTEXTO
DE ENSINO DE PORTUGUÊS LÍNGUA NÃO
MATERNA**

Nathalia Mazzini

Nathalia Mazzini

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,

Brasil

A expressão de ordem no contexto de ensino português língua não materna

The expression of order in the context of teaching Portuguese as a non-native language

Resumo: Este artigo, inspirado nos estudos de Casteleiro (2014), aborda a noção de ordem, expressa em atos de fala como “dar ordens” no contexto do ensino de português como língua não materna (PLNM) a estrangeiros. A reflexão aqui proposta justifica-se pela ainda incipiente discussão sobre o tema que se revelou importante a partir de uma análise inicial dos textos de apresentação de livros didáticos de PLNM, publicados nos últimos anos no Brasil. Essas apresentações indicam compromisso com o desenvolvimento de competências comunicativo-interculturais dos aprendizes que, entretanto, não se concretiza. Pelo contrário, há uma tendência à valorização de tópicos gramaticais como ponto central para o desenvolvimento de aspectos nocionais-funcionais e interacionais. Assim, pouco tratam do contexto de uso, a intenção do falante, relações de poder, formas diretas, indiretas, atenuantes ou reforçativas. Em termos metodológicos, considerando a língua em uso, elegeu-se um livro de crônicas como fonte para identificar um conjunto de “expressões de ordem” que pudessem ampliar as possibilidades de ensino de formas e usos linguístico-discursivos com vistas ao desenvolvimento de competências comunicativa-interacionais. A análise demonstrou que há um número considerável de formas que podem expressar ordem, além de aspectos como gestualidade, entonação etc. que indicam o estado de espírito do ordenante.

Palavras-chave: Português língua não materna; Expressão de ordem; Atos de fala; Aspectos interacionais.

Abstract: This article, inspired by the studies of Casteleiro (2014), addresses the notion of order, expressed in speech acts such as “giving orders” in the context of teaching Portuguese to foreigners. The reflection proposed here is justified by the still incipient discussion on the topic that has proven important based on an initial analysis of the introductory texts of Portuguese to foreigners’ textbooks published in recent years in Brazil. These introductions indicate a commitment to the development of learners’ communicative-intercultural skills, which, however, is not realized. On the contrary, there is a tendency to value grammatical topics as a central point for the development of notional-functional and interactional aspects. Thus, they rarely address the context of use, the speaker’s intention, power relations, direct, indirect, attenuating or reinforcing forms. In methodological terms, considering the language in use, a book of chronicles was chosen as a source to identify a set of “expressions of order” that could expand the possibilities of teaching linguistic-discursive forms and uses with a view to be developing communicative-interactional skills. The analysis demonstrated that there is a considerable number of forms that can express order, in addition to aspects such as gestures, intonation, etc. that indicate the state of mind of the person giving the order.

Keywords: Portuguese to foreigners; Expression of order; Speech acts; Interactional aspects.

Introdução

Entre as décadas de 70 e 80 do século passado, na Europa, ganha força a visão nocional-funcional da linguagem (Martinez, 2009) que dá origem à abordagem comunicativa. Na área de ensino de línguas estrangeiras, a visão comunicativa seria capaz de introduzir novos princípios a metodologias já existentes, criando um modelo de ensino-aprendizagem. A partir dessa visão, a língua deixaria de ser ensinada como um conjunto de estruturas linguísticas dissociado de um cenário social e passaria a ser entendida em sua dimensão interacional, situada em contextos socioculturais.

A abordagem comunicativa, portanto, tem como característica o foco no sentido, no significado e na interação propositada entre sujeitos na língua estrangeira. Isto é, uma ênfase maior na produção de significados do que nas formas do sistema gramatical. Essas mudanças promoveram a revisão de objetivos de aprendizagem, assim como das formas de ensinar e das propostas de materiais didáticos, além disso, passou-se a levar em conta a realidade e as necessidades dos alunos (Almeida Filho, 2010).

Contudo, a nova concepção trouxe desafios que perduram até os dias atuais como, por exemplo, a dificuldade de encontrar maneiras consistentes de trabalhar formas linguísticas senão por sistematizações gramaticais expositivas e exercícios estruturais.

No contexto do ensino de português língua não materna (PLNM) a estrangeiros, nota-se que, embora muitos livros didáticos se identifiquem como essencialmente comunicativos, há uma preferência na organização dos capítulos didáticos baseados na apresentação das estruturas gramaticais. Tal fato pode levar à exposição de estruturas gramaticais e vocabulários travestidos de “situações” e “funções”.

No que se refere a expressão de ordem, nota-se uma tendência a restringi-la à forma do imperativo. Tendo isso em vista, este trabalho tem o objetivo de indicar e analisar diversas formas linguísticas que expressam ordem em diferentes contextos de maneira a contribuir para a reflexão sobre maneiras de abordar o tema nas aulas de PLNM.

Para tal propósito, elegeu-se a obra de Casteleiro (2014) como aporte teórico. Trata-se de uma extensa pesquisa descritiva baseada em formas de ordenar no português do Brasil e de Portugal realizada por meio de análise de obras literárias de ambos os países produzidas no século XX.

Casteleiro (2014) parte de um método psicológico ou funcional, isto é, parte da ideia, seguindo um critério sintático, estilístico e semântico. O autor justifica sua escolha quando afirma que optar pelo estudo da ordem a partir da perspectiva formal limitaria a pesquisa às formas do imperativo, já uma perspectiva psicológica permitiria alargar o campo de investigação.

Por meio dessa pesquisa, Casteleiro (2014) constata que a ordem pode ser expressa por diferentes modos verbais do subjuntivo e do indicativo. Assim, quase todos os tempos verbais teriam essa capacidade: o presente, o futuro, o condicional ou mesmo o pretérito. Assim como o infinitivo impessoal, o particípio passado e o gerúndio. Além dos diferentes tempos verbais, verificou-se que tanto o substantivo como o adjetivo servem à expressão da ordem, ou ainda as interjeições e os advérbios poderiam desempenhar a mesma função (Casteleiro, 2014).

O estudo de Casteleiro (2014) descreve diferentes combinações linguísticas que se articulam de forma a expressar uma intenção comunicativa. Essas combinações estão inseridas em um contexto sociocultural, em que deve ser considerada a autoridade dos participantes.

Dessa forma, acredita-se que este estudo possa auxiliar no ensino de PLN, uma vez que considera a língua em contexto, mesmo que não totalmente autêntico –, pois o *corpus* é composto por textos literários –, possibilitando que o falante estrangeiro reflita e aumente seu repertório linguístico.

Tendo em vista que o caráter ativo da ordem se dá quando transmitido de forma oral pelo ordenante ao seu interlocutor, o autor optou por investigar obras literárias como o conto, a novela, o romance e o teatro, devido à capacidade de refletirem melhor sobre o caráter dinâmico da língua falada.

Portanto, neste trabalho, parte-se da pesquisa de Casteleiro (2014) e de considerações feitas por outros autores como Câmara Júnior (1969; 2004) e Cançado (2022) a fim de construir uma base teórica para análise de trechos de crônicas de Luis Fernando Verissimo. A análise dos trechos poderá contribuir com descrições da língua em uso e com reflexões sobre efeitos estilísticos a fim de auxiliar professores de PLN a trabalharem na sala de aula a expressão de ordem de uma maneira mais ampla e aprofundada.

A noção de ordem

Usualmente, entende-se por ordem a manifestação ou a imposição de uma vontade que costuma ser associada ao uso da forma gramatical do imperativo. Na expressão linguística, é difícil distinguir a ordem de outras manifestações da vontade como a advertência, o conselho, o desejo, o pedido e a súplica, pois elas costumam exprimir-se pelas mesmas formas linguísticas, assim, só é possível identificar que se trata de uma ordem por meio da análise da situação e do contexto (Casteleiro, 2014).

É possível, ainda, que a ordem assuma um caráter mais afetuoso quando realizada por meio de um convite ou mais implícito, sem que isso necessariamente expresse a polidez do falante. Por isso, é fundamental observar a intencionalidade do falante e o valor interno da expressão e não somente o seu aspecto formal.

Ainda que, em alguns casos, a ordem possa ser considerada indiscutível, tendo em vista a autoridade (constante ou momentânea) do ordenante em relação ao seu interlocutor, Casteleiro (2014) sugere a possibilidade de se admitir “um conceito de ordem mais lato” para abarcar casos em que haja caráter mais coercivo. Autores como Lapa defendem que a noção de ordem, na sua forma negativa, pode ser confundida com a noção de proibição.

O imperativo (positivo) marca uma ordem dada com energia. O outro (imperativo negativo) é expresso pelo conjuntivo e como este modo é um veículo de dúvidas e vacilações, compreende-se que a ordem proibitiva seja mais atenuada do que a ordem positiva, em que manifesta fortemente a vontade do ordenante. (Lapa citado em Casteleiro, 2014, p. 40)

Paiva Boléo (1934 citado em Casteleiro, 2014), por outro lado, considera que dificilmente é percebida essa diferença semântica. Com isso apresenta o exemplo entre a ordem positiva dada por uma mãe (Come devagar!) e a proibitiva (Não comas depressa!), assumindo que ambas são ações a serem realizadas imediatamente. Desta forma, não seria possível determinar diferenças aplicáveis de forma geral, por isso é preciso verificar os casos de forma particular.

Outro ponto levantado por Casteleiro (2014, p.40) refere-se à possibilidade de realização da ordem, ou seja, para que “uma coisa seja exigida é necessário que ela esteja ao alcance de quem obedece”. Assim, se uma ação for impossível de ser realizada, ela pode ser entendida como ordem por parte do ordenante, mas não é sentida como tal pelo interlocutor.

Apesar de o autor adotar em seu livro uma noção de ordem mais extensa, ele afirma que a noção de ordem não é equivalente a uma noção de imperatividade, já que a essa abarcaria desejo, permissão e pedido de forma não impositiva em casos que falta autoridade em relação ao interlocutor. Portanto, para que haja ordem, é preciso que haja uma superioridade permanente ou provisória do ordenante sobre o ouvinte (Casteleiro, 2014).

A intenção do falante e os recursos estilísticos

Casteleiro (2014), em sua obra, parte das três funções de linguagem definidas por Karl Bühler: função representativa ou lógica, função de apelo ou ativa e função expressiva

ou afetiva. Por meio dessa teoria da linguagem, entende-se que a ordem exerce, sobretudo, uma função de apelo que permite atuar sobre o próximo.

Para além da descrição dos estados de coisas e da troca de informação sobre esses estados, a linguagem é movida pela intenção do falante. Assim, como afirma Azeredo (2008),

(...) as pessoas dirigem a palavra umas às outras movidas por algum propósito: pedir ou dar informação, fazer um convite, dirigir uma saudação, prometer algo, dar uma ordem, agradecer um favor, expressar uma censura ou elogio, desculpar-se, iniciar, continuar ou encerrar uma conversa etc. Este comportamento verbal, com que expressamos alguma intenção comunicativa, é o que se chama um ato de fala, e a menor unidade linguística que o realiza discursivamente constitui uma frase (Azeredo, 2008, p. 71).

Austin (1962 as cited in Cançado, 2022), em sua teoria dos atos de fala, propõe que o ato comunicativo pode se apresentar em vários níveis e aponta como os mais relevantes: o ato locutivo, o ato ilocutivo e o ato perlocutivo.

O ato locutivo consiste na enunciação de uma sentença de forma a centrar-se em seu conteúdo informacional, ou seja, no sentido restrito da sentença ou na descrição dos estados de coisas. Já, por meio do ato ilocutivo, compreende-se a intenção da enunciação do falante, isto é, as ações que realizamos quando ordenamos, pedimos, agradecemos etc. (Cançado, 2022).

Diferentemente dos outros atos, o perlocutivo trata dos efeitos obtidos pelo ato ilocutivo, ou seja, “o resultado que conseguimos com nosso ato de fala: assustamos, convencemos, desagradamos etc.” (Cançado, 2022, p. 146).

Apesar de existirem diversos recursos linguísticos para expressar a intenção do falante, a linguagem ativa tem suas próprias leis que ultrapassam o plano gramatical. Elementos como entoação e mímica podem desempenhar um papel fundamental nesta função, porém são difíceis de ser estudados. Devido a essa dificuldade, Casteleiro (2014) opta por dar um enfoque sintático ao estudo.

Segundo o autor, para chegar a uma perspectiva sintática com base na análise das funções é preciso considerar a estilística e a semântica, tendo em vista a afirmação de Bally (s./d, citado em Casteleiro, 2014) de que o limite que separa sintaxe e estilística não é rigorosamente traçado. Assim como “não há separação entre linguagem lógica e linguagem afetiva, mas apenas o predomínio de uma ou outra.” (Casteleiro, 2014, p. 27).

Para Câmara Júnior (2004) a estilística é uma disciplina complementar à gramática, pois, enquanto a gramática estuda a língua como meio de representação, a estilística estuda a

língua como meio de exprimir estados psíquicos (expressão) ou de atuar sobre o interlocutor (apelo) (Martins, 2012).

Ainda que o estilo possa ser associado às características individuais do falante, ele só é possível em um contexto social, pois só a partir da socialização é possível produzir efeitos estéticos. Assim, “o estilo é em princípio individual, pois está modelado pelos impulsos de uma psique pessoal; mas os traços estilísticos coincidem, em grande parte, nos indivíduos de uma sociedade linguística” (Câmara Júnior, 2004, p. 28).

Dessa forma, Câmara Júnior chega à conclusão de “que se deve caracterizar o estilo – não pelo contraste individual em face do que é coletivo, mas sim pelo contraste emocional em face do que é intelectual.” (Câmara Júnior, 2004, p. 177). Assim, por meio do estilo o ordenante pode expressar seu estado emocional, assim como atenuar ou reforçar uma ordem.

Posições dos participantes

A condição para que uma declaração seja considerada uma ordem é a existência de, pelo menos, dois participantes que travam um diálogo mais ou menos ativo. Isto é, a primeira pessoa do discurso é o ordenante, enquanto a segunda pessoa é o ouvinte. Frequentemente, o ouvinte é chamado a participar ativamente do discurso, podendo dar assentimento à ordem ouvida ou opondo-se a ela. Por essa razão, Casteleiro (2014) prefere elevar o ouvinte à categoria de executante.

Austin elaborou o conceito de “condições de felicidade” que diz respeito às exigências que um contexto deve satisfazer para que o uso de determinada expressão possa ser adequado. Isso significa que, em um ato ilocutivo de ordenar, é preciso que o ordenante seja um superior ou tenha autoridade em relação ao executante, caso isso não ocorra é possível que a ordem não alcance o resultado esperado (Cançado, 2022). O caráter mais ou menos coercivo da declaração resulta da maior ou menor autoridade da pessoa que ordena que pode ser socialmente superior ou igual à pessoa que obedece.

Há, então, duas situações essenciais: na primeira, o ordenante e o executante estão em planos diferentes. Dessa forma, a ordem deve ser cumprida apenas pelo executante; já, na segunda, o ordenante e o executante estão em um mesmo plano, nesse caso os dois devem cumprir a ordem, podendo os lugares de ordenante e executante serem ocupados por mais de uma pessoa.

Nem sempre o ordenante é só uma pessoa, pois a ordem pode ser dada por uma, duas ou mais pessoas. Da mesma forma, o papel do executante pode ser ocupado por várias

pessoas. Existe ainda a possibilidade que a ordem seja endereçada a uma terceira pessoa do discurso, que pode estar presente ou ausente no momento da fala.

Segundo Casteleiro (2014), não é apenas a forma linguística que tem o papel de determinar a quem a ordem está direcionada. Casos como o uso da primeira pessoa do plural, por exemplo, não garantem que o locutor esteja incluído como executante da ordem juntamente com o interlocutor, já que pode se tratar de um plural majestático ou uma forma de atenuar a ordem direcionada ao interlocutor.

Considera-se que o ordenante está sempre presente de maneira implícita ou explícita na forma linguística, sendo autor da ordem. Essa presença pode aparecer indicada concretamente pelas desinências verbais, por formas pronominais e por nomes próprios ou comuns. As desinências verbais estão presentes nos verbos de vontade de primeira pessoa do singular e ainda de primeira pessoa do plural, nas formas do subjuntivo e do infinitivo pessoal. Casos como “aconselho-o”, “não admito”, “proíbo-lhe”, “vamos” etc. demonstram a presença do ordenante.

O ordenante também pode estar presente por meio de pronomes pessoais e possessivos. Ainda que as formas de pronomes pessoais na posição de sujeito não costumem aparecer nesses casos, podem aparecer com mais frequência na posição de complemento, como, por exemplo, na oração “**me** dê esse objeto”. Além disso, é possível indicar indiretamente a presença do ordenante na expressão linguística de ordem por meio do uso dos pronomes e adjetivos possessivos, como no caso de: “Saia da **minha** frente”.

Ainda que a presença linguística do ordenante na expressão de ordem seja tão escassa, não o impede de exercer sua ordem de maneira eficiente, já que o ordenante é sempre o autor psicológico da ordem. Por outro lado, o executante costuma fazer-se presente por meio das desinências verbais. Tal fato pode indicar a necessidade de que o “ordenante sente de individualizar o sujeito lógico da ação que ele pretende ver realizada” (Casteleiro, 2014, p.54).

Além de ser representado nas desinências verbais, o executante pode ser marcado por formas pronominais demonstrativas indefinidas, como, por exemplo: esse, este, aquele, todos, todas, ambos, alguém, ninguém, cada, qual, quem etc. além de formas de complementos dos pronomes pessoais ou formas possessivas.

Contudo, são as formas de tratamento substantivas ou nominais que designam, habitualmente e de modo mais concreto, o executante.

Na expressão da ordem todas estas formas têm, em geral, carácter vocativo. Do ponto de vista funcional, desempenham, no entanto, o papel de verdadeiro sujeito da ação que o ordenante exige do executante. O tratamento vocativo é, deste modo, um apelo direto à ação (Casteleiro, 2014, p. 59).

Pode-se, assim, verificar também o uso de nomes próprios, apelidos, nomes no aumentativo e no diminutivo, parentesco familiar, nomes de respeito, nomes de carácter afetivo e nomes depreciativos ou jocosos.

Portanto, para a realização de uma ordem é preciso que haja pelo menos duas pessoas envolvidas, a saber: uma que ordena e outra que executa, sendo a pessoa que ordena socialmente superior ou igual à pessoa que executa para que a ordem seja bem-sucedida. Assim, ao dar uma ordem, o falante utiliza diferentes recursos que podem aumentar o seu poder coercivo. Para analisar esses efeitos, é preciso conhecer as formas linguísticas e o contexto sociocultural em que os participantes estão envolvidos.

A expressão de ordem nos livros didáticos de PLN

Com a finalidade de refletir e de analisar como a noção de ordem é apresentada em materiais didáticos de PLN, foi observada a presença e a abordagem dada a expressão de ordem em livros didáticos, comercializados recentemente no Brasil. As obras de Ferraz e Pinheiro (2020) e Nunes de Castro (2013) foram escolhidas por (1) serem de fácil acesso a todos; (2) serem utilizadas frequentemente em cursos de PLN no Brasil; (3) seguirem uma abordagem voltada para a comunicação.

Cabe ressaltar que este artigo não tem a intenção de avaliar as deficiências presentes nos livros didáticos, mas verificar que conteúdos vêm sendo priorizados e de que formas eles vêm sendo apresentados. Além disso, parte-se da hipótese de que muitos professores que dão aulas para este público utilizam o material como um guia ou até mesmo como um método, limitando-se às explicações contidas na obra, fato que ratifica a importância de pensar outras abordagens possíveis dos aspectos interacionais da língua portuguesa.

No primeiro livro, encontra-se a divisão de cada unidade dividida em aspectos: socioculturais, comunicativos, gramaticais, lexicais, fonéticos e direcionados aos gêneros textuais (Ferraz & Pinheiro, 2020). Já, no segundo, verifica-se a divisão em: Ponto de partida (temas e comentários sobre fonética), Interação (gêneros textuais, leitura, compreensão oral, produção oral e escrita) e Análise Linguística (vocabulário e gramática) (Nunes de Castro, 2013).

Assim, pôde-se verificar que os dois livros procuram abordar a expressão de ordem. Na obra de Ferraz e Pinheiro (2020), é possível encontrar no sumário, especificamente na unidade 9, o objetivo “expressar ordem e conselho” dentro do apartado intitulado “comunicativo”, enquanto o imperativo aparece no apartado “gramática” da mesma unidade.

No livro de Nunes de Castro (2013), não há menção à expressão de ordem no sumário, mas, ao verificar o conteúdo da unidade 5, que trabalha o uso da forma verbal do imperativo, encontra-se a afirmação que o imperativo é utilizado para expressar ordem, pedido e conselho.

Assim é possível afirmar que a expressão de ordem nas obras surge vinculada à apresentação gramatical do modo imperativo. Isso demonstra que, apesar de haver uma abordagem comunicativa, parte-se da estrutura gramatical para chegar à esfera comunicativa. Este fato limita o tema, pois, como já foi apresentado anteriormente, há diversas maneiras de expressar uma ordem.

Em relação à organização da apresentação do tema, todas as obras partem de textos com verbos no imperativo, para depois sistematizá-los. No primeiro livro, a abordagem inicia-se por meio de um gênero textual escrito, um cartaz de divulgação com dicas sustentáveis para seguir na semana do meio ambiente (Ferraz & Pinheiro, 2020); no segundo, encontra-se uma publicidade de cartão de crédito (Nunes de Castro, 2013).

No primeiro livro, não há comentários sobre o uso do imperativo, apenas uma apresentação sistemática da sua forma e da sua aplicação, seguida de exercícios. No segundo livro (Nunes Castro, 2013), encontra-se um comentário sobre como a entonação pode amenizar o uso do imperativo e como o uso do verbo “poder” na frase pode ser mais eficiente quando se quer expressar polidez ou casualidade.

Muitas vezes, o uso do Imperativo é amenizado pela entonação da voz e pela melodia da frase, o que é muito significativo no Português Brasileiro. Além disso, para expressarmos polidez ou casualidade em uma ordem ou pedido, normalmente, usamos o verbo poder em vez do verbo no Imperativo(...)
(Nunes de Castro, 2013, p. 96)

Além de associar a expressão de ordem unicamente ao uso do imperativo, as obras não abarcam a ordem mais ativa apresentada neste trabalho, uma vez que focam em gêneros escritos como publicidades e cartazes que têm um caráter persuasivo, mas não impositivo. Dessa forma, no próximo capítulo, serão apresentados e analisados trechos que expressam ordem por meio de outros recursos linguísticos que não o imperativo, de forma a sugerir novas formas de tratar o tema em sala de aula.

Procedimentos metodológicos e análise dos trechos

A partir do recorte teórico apresentado neste trabalho, busca-se analisar algumas interações em que a ordem é expressa. Para tal propósito, foram selecionados trechos de um livro de Crônicas de Luis Fernando Verissimo: “Comédias para se ler na escola” (2001).

O livro em questão foi escolhido por conter algumas características, tais como: (1) ser uma obra formada por textos curtos e com histórias independentes, fatores que possibilitam uma maior alternância de relação e de poder entre personagens, além disso, proporcionam um maior número de situações comunicativas; (2) conter um número extenso de diálogos, uma vez que a ordem se realiza frequentemente por meio de interação comunicativa oral; (3) abarcar diferentes registros de linguagem (formal e informal).

Para chegar ao *corpus* que será apresentado, foi realizada uma leitura integral da obra, focalizada na seleção de trechos que dispusessem de atos comunicativos com valor de ordem. A seguir serão apresentados os excertos escolhidos, além de uma contextualização e suas respectivas análises.

O excerto (1) trata da interação entre um pai e um filho de família de classe média alta. O filho tenta convencer o pai de que ele foi escolhido para ser o “Thunder Boy”, um tipo de herói que possui poderes especiais. O pai se utiliza de sua autoridade para fazer com que o menino vá dormir.

(1a) – Muito bem, meu filho. **Agora vamos para a cama.**

(...)

– Certo, filho. **Mas agora vamos...**

(Verissimo, 2001, p. 20)

O ordenante (pai) utiliza o verbo ir na 1ª pessoa do plural. O uso dessa pessoa verbal, normalmente, tem a função de incluir o falante na ação. Nesse caso, entretanto, parece ter a função de amenizar a ordem em uma tentativa de mostrar ao executante que o ordenante também participa da ação.

Por outro lado, o advérbio “agora” reforça a autoridade do ordenante e, com isso, a realização da ação. Na segunda fala, o conectivo “mas”, juntamente com a repetição da ordem anterior, estabelecem uma gradação, fortalecendo a imposição.

Ainda no mesmo texto, após deixar o filho no quarto e presenciar uma situação supostamente sobrenatural, o pai volta à sala, encontra a esposa e diz:

(1b) – Tenho uma coisa para te contar.

– O que é?

– **Senta**, primeiro.

(Verissimo, 2001, p. 21)

No caso do trecho (1b), não há explicitamente uma diferença de autoridade entre os participantes da interação. Com isso, o executante (marido) tenta persuadir a ouvinte (esposa) ao declarar possuir uma informação a ser compartilhada e manda que a esposa sente como condição para que ele fale. A ordem se expressa por meio da 2ª pessoa do singular do imperativo (tu) ou da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo (você).

No português brasileiro, são frequentes os cruzamentos entre as formas pessoais de 2ª e 3ª pessoa do singular. A forma de 3ª pessoa (você) é priorizada nos casos em que ocupa o lugar de sujeito na frase (pronomes pessoais retos) e a de 2ª pessoa (te) é mais utilizada para os pronomes que exercem função de complemento (pronomes pessoais oblíquos).

Por esta razão, é possível encontrar “você” e “te” concorrendo na mesma oração. Tal fato dificulta a identificação do tempo verbal como no caso do trecho (1b). Em uma análise psicológica, tendo em vista critérios morfológicos e semânticos, o verbo refere-se à 2ª pessoa do singular, pois anteriormente a personagem foi identificada a partir do pronome “te”.

Contudo, existem casos em que as formas verbais exercem forma de imperativo, mas semântica e morfológicamente pertencem ao indicativo presente (3ª pessoa do singular). Em (2), serão observados alguns desses exemplos.

No excerto (2), várias personagens que compartilham uma relação familiar de diferentes naturezas utilizam comandos de ordem durante a tentativa de tirar uma foto com todos os integrantes da família presentes no momento.

(2a) (...) Castelo, o dono da câmera, comandou a pose, depois tirou o olho do visor e ofereceu a câmera a quem ia tirar a fotografia. Mas quem ia tirar a fotografia?

– **Tira você mesmo, ué.**

– Ah, é? E eu não saio na foto?

O Castelo era o genro mais velho. O primeiro genro. O que sustentava os velhos. Tinha que estar na fotografia.

– Tiro eu – disse o marido da Bitinha.

– **Você fica aqui** – comandou a Bitinha.

(Verissimo, 2001, p. 37)

No trecho, não é pré-estabelecido quem exerce autoridade sobre quem. Inclusive, parece ocorrer um tipo de competição de poder em que o que ordena busca encontrar alguém que aceite executar a ordem. A declaração: “Tira você mesmo ué” não foi aceita pelo ouvinte. Em contrapartida a ordem da esposa direcionada ao marido “Você fica aqui” demonstra certo poder de autoridade sobre ele.

Em relação às formas linguísticas, o exemplo “tira você” demonstra verbos em função imperativa, mas que estão expressos, morfológica e semanticamente, como 3ª pessoa do presente do indicativo, enquanto em “você fica aqui”, a inversão da posição do “você” torna a frase uma declaração afirmativa, ao mesmo tempo que exerce uma função proibitiva da ação sugerida ao marido. As formas imperativas normalmente omitem o pronome pessoal que indica o sujeito da ordem. Nesse caso, a utilização de “você” antes e depois do verbo parece funcionar como um vocativo que chama o executante para ação.

As palavras “mesmo” e “ué” exercem caráter reforçativo da ordem. A interjeição “ué”, além de reforçar, demonstra certo grau de impaciência do ordenante que parece contrariado com a situação. Enquanto isso, o vocábulo “aqui” chama o executante para o espaço e momento presente.

Na continuação da história (2b), o bisavô, que exerce autoridade por meio da condição de patriarca da geração familiar mais antiga, decide tirar a foto e ordena que deem a câmera a ele.

(2b) Foi quando o próprio bisa se ergueu, caminhou decididamente até o Castelo e arrancou a câmara da sua mão.

– **Dá aqui.**

– Mas seu Domicio.

– **Vai pra lá e fica quieto.**

(Verissimo, 2001, p. 38)

Em “Dá aqui”, observa-se que a ordem ocorre juntamente a ação. Na realidade, não é o ouvinte que realiza a ação, mas sim o próprio ordenante. Cabe, então, ao ouvinte não se opor à ação. Apesar de não haver indicação do ordenante por meio do pronome, a palavra “aqui” chama a atenção para o falante uma vez que sua presença se coloca de forma implícita,

pois trata-se de uma localização do falante. Por outro lado, o advérbio “lá” subentende a presença de um falante e de um ouvinte, sendo a localização distante dos dois.

Nem sempre a ordem se apresenta de forma explícita e direta. No trecho (3), observa-se uma mãe se dirigindo aos seus filhos e ao seu marido de forma mais implícita, a partir de frases impessoais com o intuito de proibir algumas ações. A ordem é contestada com ironia pelos integrantes da família que parecem não levar a sério as preocupações da mãe.

(3) – **Meu filho, aí não é lugar de deixar os livros da escola.**

– Qual é, mãe? Está esperando o Marajá?

– **Minha filha, a sala não é lugar de cortar as unhas.**

– Ih, hoje é dia do Marajá chegar.

– **Oscar, na mesa?!**

– Quando o Marajá vier almoçar, eu prometo que não faço isto.

(Verissimo, 2001, p. 24)

Segundo Casteleiro (2014), uma ordem pode ser formulada mediante “uma forma direta, que chama imediatamente à ação o executante ou por meio de uma fórmula indireta, em que se expressa a vontade do ordenante”. Neste último caso, a vontade do ordenante parece não ter sido suficiente para levar os executantes à ação.

As orações indiretas “aí não é lugar de deixar os livros da escola” e “a sala não é lugar de cortar as unhas” consistem numa asserção negativa de valor categórico, que tem um caráter impessoal, na medida em que nem o ordenante é designado na forma linguística e nem o executante é chamado à ação (Casteleiro, 2014).

Nesse trecho, as ações não ocorrem em sequência cronológica. A gradação estabelecida pela repetição da estrutura e ordem seguida da resposta sugere uma dinâmica habitual da família.

Uso de “meu filho” e “minha filha” indica uma atenuação e afetividade à ordem. Enquanto a frase interrogativa “Na mesa?” tem a intenção de provocar uma reflexão no executante sobre sua conduta para então chegar a uma ação.

No excerto (4), o pai e o filho travam um embate sobre se a palavra “sexo” deve ser feminina ou masculina. O pai já irritado com a argumentação labiríntica do filho, utiliza a ordem como meio de finalizar a conversa.

(4) – Não. “A palavra” é feminina. Se fosse masculina seria “o pal...”

– **Chega! Vai brincar, vai.**

O garoto sai e a mãe entra. O pai comenta:

– **Temos que ficar de olho nesse guri...**

(Verissimo, 2001, p. 54)

No número (4), observa-se o uso da expressão verbal interjetiva “Chega!”. Tal palavra está no grupo de expressões que, “do ponto de vista gramatical, pertence quase exclusivamente ao indicativo presente (3^a pessoa do singular)” (Casteleiro, 2014, p. 167). A interjeição tem objetivo de cessar a conversa propondo na sequência “vai brincar, vai”. A repetição do verbo no final da oração enfatiza a realização ao mesmo tempo torna mais afetuosa a ordem.

No trecho “Temos que ficar de olho nesse guri...” o pai se inclui na ação, sendo uma ordem direcionada a ele e a esposa, por outro lado, a expressão parece sugerir uma constatação realizada pelo pai e não uma ordem de fato.

No excerto (5), encontra-se um diálogo entre duas figuras do governo fictícias para imaginar como seria a organização de um golpe de Estado pelo telefone.

(5) – Será que não há mesmo outro jeito?

– Bem, se você quer ver nos jornais a história de como você roubava material do seu gabinete para vender...

– **Ssssh!**

– Nunca entendi. Você não se contentava com seu salário de...

– **Sssshhh!**

A ordem no trecho é expressa por meio da interjeição de apelo ao silêncio (“ssssh”). As interjeições além de expressarem emoções e sensações também podem transmitir “que sabemos de algo, que queremos algo ou que queremos que façam algo” (Rebello, 2016, p. 15).

No caso do excerto, o ordenante quer que o executante não fale mais sobre o assunto. Não se trata assim de uma ordem para que o ouvinte fique permanentemente sem falar, mas sim para que ele não comente mais sobre aquele tema.

A maior parte das interjeições para “mandar calar” tem “por base uma sibilante, apoiada por uma oclusiva (*p* ou *t*) e reforçada pelas semivogais (*i*, *u*)” (Casteleiro, 2014).

O elemento que propriamente constitui a interjeição é, a meu ver, a sibilante. Ela por si basta para provocar a atenção ou o silêncio desejado. Pode soar com maior ou menor demora, com vigor mais ou menos intenso (Said Ali, 1951 citado em Casteleiro, 2014, p. 195).

A entoação é parte importante do ato comunicativo de ordem. Se o estado de espírito do ordenante é de grande exaltação ou de forte tensão psicológica; a ordem torna-se autoritária e enérgica (Casteleiro, 2014).

No texto literário, é possível se aproximar da entoação do falante por meio do uso de verbos *dicendi* ou, ainda, por meio de processos explícitos na estrutura linguística dos diálogos como o uso de letras maiúsculas ou o prolongamento de letras.

No excerto (5), observa-se que a resistência do ouvinte em obedecer a ordem motiva o locutor a insistir na sua exigência. Dessa forma, ocorre uma reiteração da estrutura, dessa vez, enfatizada por meio da repetição da letra “h” (“Sssshhh”), que representa o prolongamento do fonema.

Considerações finais

Este trabalho pretendeu chamar a atenção dos professores de português, sobretudo dos docentes de PLNM a estrangeiros, para aspectos que envolvem a expressão da ordem em situações comunicativas. Para isso, utilizou-se como base a obra de Casteleiro (2014), uma vez que o autor parte de uma visão nocional-funcional (comunicativa), aspecto que se alinha aos objetivos comunicativos nas abordagens atuais mais frequentes da área de PLNM.

Apesar de as abordagens de ensino estarem em constante renovação, é comum que mantenhamos um olhar condicionado para formas de pensar e abordar tais aspectos em sala de aula. Assim, estudos como o de Casteleiro (2014) podem ajudar a ampliar e a repensar o ensino de português tanto como língua estrangeira como língua materna.

Primeiramente, é preciso refletir em que consiste uma ordem, já que, muitas vezes, nos livros, só são apresentados exemplos de peças publicitárias, dicas, receitas, textos que não expressam uma ordem impositiva. Em outros casos, apresentam-se também frases estereotipadas que utilizam o imperativo como, por exemplo, a ordem que uma mãe dá ao filho.

Assim, deve-se entender que a ordem não é expressa apenas pelo imperativo e que as estruturas linguísticas isoladas não são suficientes para compreender o ato comunicativo

da ordem. Para tal, é necessário analisar o contexto, as personagens envolvidas, assim como suas intenções e autoridades.

A forma como expressamos a ordem pode variar de mais direta ou mais indireta, afetuosa ou depreciativa e é importante para os estudantes entenderem como a inclusão, omissão ou organização de termos pode contribuir para uma melhor interação. Além disso, aspectos como entoação e mímica também são importantes para a compreensão comunicativa, não devendo dessa forma serem ignorados.

Por último, acredita-se que a inclusão da teoria intercultural poderia complementar este trabalho, uma vez que os estrangeiros desconhecem diversos aspectos como relações de poder e práticas sociais que são importantes para alcançar as “condições de felicidade” propostas por Austin.

Por exemplo, há alguns anos, durante uma aula de PLNM realizada no escritório de uma empresa, o aluno, que era chefe do departamento, autorizou que uma funcionária entrasse na sala para dar um comunicado. Para autorizar a ação, utilizou as palavras “Passa, passa”. Depois de dizer tais palavras, a funcionária olhou para mim e disse, em tom irônico, que o aluno falava com eles como se fala com um cachorro.

De fato, em espanhol, é comum utilizar tal expressão, que, em português, seria melhor traduzida como “Entra, entra”. O desconhecimento desta informação por parte do estrangeiro criou um mal-entendido e, com isso, um desconforto entre as partes.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências bibliográficas

- Almeida Filho, J. C. (2010). *Dimensões comunicativas do ensino de línguas*. Pontes editores.
- Azeredo, J. C. (2008). *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. Publifolha.
- Câmara Júnior, J. M. (2004). Considerações sobre estilo. In Uchôa, E.D (org.), *Dispersos de J. Mattoso Jr.* (pp. 173-180). Lucerna.
- Câmara Júnior, J.M. (1969). *Princípios de linguística geral*. Livraria Acadêmica.
- Cançado, M. (2022). *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Contexto.
- Casteleiro, J. M. (2014). *A arte de mandar em português: estudo sintático-estilístico baseado em autores portugueses e brasileiros*. Lexikon.

Ferraz, A., Pinheiros, I. (2020). *Samba! Curso de língua portuguesa para estrangeiros; A1 A2 básico*. Autêntica Editora.

Martinez, P. (2009). *Didática de línguas estrangeiras*. Parábola.

Martins, N. S. (2012). *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. Editora da Universidade de São Paulo.

Nunes de Castro, G. (2013). *Brasil intercultural: língua e cultura brasileira para estrangeiros: ciclo básico níveis 1 e 2*. Casa do Brasil.

Rebello, A. (2016). *Interjeição – Um Fator de Identidade Cultural do Brasileiro*. Paco Editorial.

Verissimo, L. F. (2001). *Comédia*